

SEMINÁRIO

PRESOS ESTRANGEIROS

perspectivas e desafios



Todas as fotos dessa matéria foram fornecidas pela PRR2

Nos dias 19 e 20 de outubro, 7CCR promoveu o seminário Presos Estrangeiros: Perspectivas e Desafios, na sede do MPF na 2ª Região (RJ/ES), no Rio de Janeiro.

A mesa de abertura reuniu o subprocurador-geral da República José Adonis Callou de Sá, os procuradores regionais Denise Abade e Artur Gueiros, o secretário nacional de Justiça, Augusto Arruda Botelho, o promotor de Justiça Murilo Bustamante (MPRJ) e o policial penal federal Leandro Carilho.

Os mais de 50 participantes, que incluem especialistas do MPF e de outras instituições, apresentaram propostas e estratégias de atuação.

A coordenadora do GT Presos Estrangeiros, Denise Abade, diretora-geral da Escola Superior do MP da União (ESMPU), frisou que a proteção de direitos de presos estrangeiros requer aplicação coerente dos princípios constitucionais, legais e de tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo Brasil.

“Nossa tarefa como Ministério Público não se limita apenas ao cumprimento das nossas atribuições institucionais. Inclui também o nosso compromisso com os princípios fundamentais de direitos humanos e a construção de uma sociedade mais justa”. Denise Abade

O secretário nacional de Justiça, Augusto Botelho, destacou a importância do debate à promoção da Justiça como garantidora de direitos, e não apenas como meio de resolução de conflitos.

“Esse espaço é de fundamental importância pra reflexão e divulgação do tema, pois um dos maiores problemas que enfrentamos com relação aos presos estrangeiros é a falta de conhecimento sobre o direito e os mecanismos para acesso à Justiça”.
Augusto Botelho

PAINEL 1 - Preso Estrangeiro e Solicitação de Refúgio



Leticia Torrano, defensora pública federal, secretária de Atuação no Sistema Prisional da Defensoria Pública da União (DPU), abordou questões como a distância, a condição das penitenciárias, a barreira da língua e outras dificuldades dos encarcerados cujo perfil majoritário seria de pessoas que traficam entorpecentes, as chamadas “mulas”.

PAINEL 2 - Distribuição dos Presos Estrangeiros no Brasil e a Questão da Criminalização de Fronteira



Leandro Carilho, que atua na Diretoria de Inteligência Penitenciária da Secretaria Nacional de Políticas Penais enfocou a violação de direitos humanos nesses casos e abordou políticas públicas.

PAINEL 3 - Transferência de Pessoas Condenadas



Juliana Nogueira, chefe da Divisão de Extradicação e Transferência de Pessoas Condenadas, da Secretaria Nacional de Justiça, tratou do tópico Transferência de Pessoas Condenadas, comentando a base legal do tema e citando estatísticas oficiais.

Após a apresentação dos painéis, os participantes se dividiram em mesas de debates sobre os três eixos do seminário em busca de respostas para os desafios e a partilha de boas práticas.

MESA 1

Igualdade de tratamento e acesso a serviços penitenciários

Relator: Leonardo Cardoso de Freitas - Procurador da República na PRR2.

MESA 2

Meios de efetivação e proteção de direitos

Relatora: Ana Fabíola de Azevedo Ferreira - Procuradora da República em Pernambuco

MESA 3

Tratados internacionais e outros meios de cooperação internacional em matéria penitenciária

Relator: Carlos Bruno Ferreira da Silva, Procurador da República em Minas Gerais

SEMINÁRIO

PRESOS ESTRANGEIROS

perspectivas e desafios



O segundo dia começou com o professor de Direito Penal Carlos Eduardo Japiassú (Uerj e UFRJ) apresentando o tema “Superpopulação Carcerária, Direito do Preso e Presos Estrangeiros.”



A Coordenadora do GT Presos Estrangeiros, Denise Abade, atuou como moderadora.

O seminário foi concluído com a rodada de debates das proposições colhidas nas três mesas (Igualdade de Tratamento e acesso a Serviços Penitenciários, Meios de Efetivação e Proteção de Direitos e Tratados Internacionais e Outros Meios de Cooperação Internacional em Matéria Penitenciária), que culminou com a Carta do Rio de Janeiro.

PROPOSTAS: CARTA DO RIO DE JANEIRO

A Carta do Rio de Janeiro, aprovada pelo colegiado da 7CCR, contendo 13 propostas de melhorias das condições dos presos estrangeiros no Brasil, tanto os detidos provisoriamente quanto os que cumprem penas, foi um dos resultados do Seminário.

O documento leva em conta aspectos de vulnerabilidade desses presos, que envolvem desde diferenças sociais, culturais e linguísticas, até o seu distanciamento em relação à família e aos amigos. Considera, ainda, a “dramática situação” estrutural das prisões brasileiras e o papel do Ministério Público diante desse quadro.

Entre as iniciativas defendidas estão a implementação de um modelo de comunicação oficial da prisão do estrangeiro ao consulado e aos seus familiares, em qualquer país que estes se encontrem, bem como a difusão das “visitas virtuais” àqueles que não tenham acesso à visita presencial.

A lista de propostas inclui a criação e disponibilização de vagas em abrigos para acolhimento desses presos, quando receberem benefícios no cumprimento da pena, e a solicitação ao Ministério da Justiça para que todos tenham acesso às informações sobre seus direitos e obrigações, via intérpretes ou em seu idioma.

Também foi proposta alteração do nome do grupo de trabalho para

“GT PESSOAS NÃO NACIONAIS PRIVADAS DE LIBERDADE”, a fim de compatibilizar com a Lei nº 13.445/2017 (Lei de Migração);

As propostas se encerram com uma sugestão de elaboração (em conjunto com a Secretaria de Cooperação Internacional do MPF e a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão) de uma diretriz que possibilite a verificação quanto ao possível interesse desses presos em solicitar transferência para seus países de origem.

[ACESSE A CARTA](#)

[Acesse a matéria completa](#)

